

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.120.333 - RS (2017/0143569-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CRISTIANE DE OLIVEIRA DIAS
ADVOGADOS : DIEGO SOUZA GONZATTO - RS075309
ALEXANDRE ZIMMERMANN WEIDE - RS075723
AGRAVADO : LOJAS RENNER S/A
ADVOGADOS : JULIO CESAR GOULART LANES - RS046648
GUSTAVO NEDEL - RS058521

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **CRISTIANE OLIVEIRA DIAS** em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 127, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS.

1. INAPLICABILIDADE DO CPC/2016. A nova legislação processual civil adotou a teoria dos atos processuais isolados, em razão da qual cada ato processual deve ser considerado separadamente dos demais a fim de que seja determinada qual a lei de regência. 2. PEDIDO ADMINISTRATIVO. Acerca do pedido administrativo, o STJ, recentemente, alterou o posicionamento, no julgamento do Recurso Especial Representativo de Controvérsia nº 1.349.453-MS, passando a exigir a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável e o pagamento do custo do serviço como requisitos para a propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários, posicionamento ao qual me filio. No caso em apreço, não houve prova do pagamento da taxa exigida pela prestação do serviço ou da sua dispensa. Desse modo, resta caracterizada a falta de interesse de agir, o que impõe a manutenção da sentença de extinção do feito sem julgamento do mérito. APELAÇÃO DESPROVIDA.

Nas razões do recurso especial (fls. 143-161, e-STJ), a parte insurgente alegou, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 17, 85, 90, 487, 380, 396, 397, 398 e 399 do CPC/15; 4º, 6º, 8º e 14 do CDC.

Sustentou, em síntese: **a)** o consumidor possui interesse de agir na ação de exibição de documentos, independentemente de requerimento administrativo ou do pagamento de tarifas; **b)** houve comprovação da pretensão resistida da parte recorrida, sendo devida a condenação em honorários de sucumbência; **c)** o consumidor tem direito de acesso às informações que geraram a negativação de seu nome.

Contrarrazões às fls. 166-184, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 206-211, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 213-222, e-STJ), visando destrancar o processamento da insurgência.

Contraminuta às fls. 226-233, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, extrai-se dos autos que o Tribunal de origem, em relação à tese de existência de interesse de agir na ação de exibição de documentos, independentemente de requerimento administrativo ou do pagamento de tarifas e à apontada violação aos artigos 17, 90, 487, 380, 396, 397, 398 e 399 do CPC/15, que a fundamentam, negou seguimento ao recurso especial da ora agravante sob o argumento de que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com entendimento consagrado pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso representativo de controvérsia repetitiva, no caso, o Recurso Especial n. 1.349.453/MS.

Com efeito, a orientação firmada por esta Corte Superior no mencionado recurso foi julgada pelo regime do artigo 543-C do CPC/73, acrescido pela Lei n. 11.672, de 8.5.2008, que assim dispõe:

Art. 543-C. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado nos termos deste artigo.

§ 1º Caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça.

§ 2º Não adotada a providência descrita no § 1º deste artigo, o relator no Superior Tribunal de Justiça, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência dominante ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de segunda instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 6º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na seção ou na Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de *habeas corpus*.

§ 7º Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem:

I – terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; ou

II - serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese, conforme relatado, o recurso especial, na parte que tem como objeto a apontada violação aos artigos 17, 90, 487, 380, 396, 397, 398 e 399 do CPC/15, teve seguimento denegado porque o acórdão recorrido estaria no mesmo sentido de acórdão proferido por este Tribunal Superior em sede de recurso repetitivo.

Consigne-se que o agravo foi interposto contra decisão monocrática publicada em 21.03.2017 (fl. 212, e-STJ), que julgara recurso interposto na vigência do CPC/15.

Portanto, aplica-se o disposto no artigo 1030, inciso I, "b", § 2º, do CPC/15, que assim estabelece:

Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:

I – **negar seguimento:**

b) a recurso extraordinário ou **a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;**

§ 2º **Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021.**

Com efeito, de acordo com a jurisprudência pacificada nesta Corte Superior, é incabível agravo contra decisão que, com fulcro no art. 1030, I, b, do CPC/15, nega seguimento a recurso especial.

A questão foi solvida pela Corte Especial, em decisão assim ementada:

QUESTÃO DE ORDEM. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO. EXEGESE DOS ARTS. 543 E 544 DO CPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO. – Não cabe agravo de instrumento contra decisão que nega seguimento a recurso especial com base no art. 543, § 7º, inciso I, do CPC. Agravo não conhecido. (QO no Ag 1.154.599/SP, CORTE ESPECIAL, Rel. Ministro CÉSAR ASFOR ROCHA, julgado em 16.02.2011, DJe 12.05.2011)

Desse modo, **o recurso a ser interposto é o agravo interno para o Tribunal de origem**, com fundamento no inciso § 2º do artigo 1030, do CPC/15, ainda que o recurso tenha o fundamento de que o Tribunal local não efetuara a correta aplicação do recurso especial representativo da controvérsia no caso concreto, e não o agravo endereçado este Superior Tribunal de Justiça, conforme definido pela Corte Especial.

No mesmo sentido, citam-se os precedentes:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL SOB O FUNDAMENTO DE QUE O ACÓRDÃO RECORRIDO ESTÁ DE ACORDO COM ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. VIOLAÇÃO DO 535 DO CPC/73 AFASTADA. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. 1. A Corte Especial do STJ, no julgamento da Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP, de relatoria do Ministro Cesar Asfor Rocha, adotou o entendimento de que é incabível agravo interno contra a decisão que nega seguimento a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do STJ sob o rito dos recursos repetitivos, inclusive no que concerne à alegação de violação do art. 535 do CPC/73, quando essa está atrelada à matéria enfrentada no precedente. 2. Ademais, na forma do artigo 1.030, § 2º, do Novo Código de Processo Civil, o recurso cabível contra a decisão que nega seguimento a recurso especial com base no art. 1.030, I, b, do mesmo Código Processual, é o agravo interno. 3. Não mais existindo dúvida objetiva quanto ao recurso

cabível, a interposição de agravo em recurso especial nesses casos configura erro grosseiro, desautorizando a aplicação do princípio da fungibilidade recursal. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AgInt no AREsp 1.240.716/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25.10.2018, DJe 06.11.2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. NÃO É CABÍVEL AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL EM FACE DE DECISÃO QUE INADMITTE RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO EM PRECEDENTE DECIDIDO EM SEDE DE REPETITIVO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que é incabível agravo contra decisão que, com fulcro no art. 543-C, § 7º, I, do CPC, nega seguimento a recurso especial - "não cabe agravo de instrumento contra decisão que nega seguimento a recurso especial com base no art. 543, § 7º, inciso I, do CPC" (QO no Ag 1.154.599/SP, Corte Especial, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe 12/05/2011). 2. Na hipótese, o recurso especial teve seguimento negado por estar o acórdão recorrido em harmonia com acórdão proferido pelo STJ em sede de repetitivo (REsp 973827/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Rel. p/ Acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012), não tendo a parte interposto agravo interno, mas, incontinenti, agravo em recurso especial. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.015.741/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04.09.2018, Dje 12.09.2018) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO, NA ORIGEM, COM BASE NO ART. 1.030, I, B, DO CPC/2015. PREVISÃO DE AGRAVO INTERNO, NO PRÓPRIO TRIBUNAL DE ORIGEM (ART. 1.030, § 2º, CPC/2015). INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO PARA O STJ. ERRO GROSSEIRO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática publicada em 03/10/2017, que julgara recurso interposto contra decisão que inadmitira Recurso Especial, publicada na vigência do CPC/2015. II. Nos termos do ART. 1.030, § 2º, do CPC/2015, não cabe Agravo em Recurso Especial, dirigido ao STJ, contra decisão que, na origem, nega seguimento ao Recurso Especial, com base no artigo 1.030, I, b, do mesmo diploma legal, cabendo ao próprio Tribunal recorrido, se provocado por Agravo Interno, decidir sobre a alegação de equívoco na aplicação do entendimento firmado em Recurso Especial representativo da controvérsia. Nesse sentido: STJ, AgInt no AREsp 967.166/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp 1.010.292/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/04/2017; AgInt no AREsp 951.728/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 07/02/2017. III. Inviável, na hipótese, a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, de vez que, na data da publicação da decisão que não admitiu o Recurso Especial, já havia expressa previsão legal para o recurso cabível (art. 1.030, I, b, e § 2º, do CPC/2015), afastando-se, por conseguinte, a dúvida objetiva. IV. Nos termos da

jurisprudência do STJ, "a interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outorga de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno" (STJ, AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 26/08/2016). V. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1.164.904/ES, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20.03.2018, DJe 23.03.2018) [grifou-se]

Desse modo, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, é inviável, na hipótese, a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, vez que na data da publicação da decisão que não admitiu o recurso especial já havia expressa previsão legal para o recurso cabível (art. 1030, I, b, e § 2º, do CPC/15).

Não conheço, portanto, da insurgência do agravante, no tocante à apontada violação aos artigos 17, 90, 487, 380, 396, 397, 398 e 399 do CPC/15.

2. A insurgente aponta, ainda, ofensa aos artigos 85 do CPC/15; 4º, 6º, 8º e 14 do CDC, sustentando que houve comprovação da pretensão resistida da parte recorrida, sendo devida a condenação em honorários de sucumbência, e que o consumidor tem direito de acesso às informações que geraram a negativação de seu nome.

Constata-se, da leitura do aresto recorrido, que o conteúdo normativo dos mencionados artigos e as teses alegadas pela recorrente não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem e tampouco foram opostos embargos de declaração visando prequestioná-los.

Cabe ressaltar que o prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso haver sido examinado pela decisão atacada, não sendo suficiente para a sua configuração a mera indicação pela parte do dispositivo legal que entende afrontado, constitui exigência inafastável contida na própria previsão constitucional ao tratar do recurso especial, impondo-se como um dos principais pressupostos ao seu conhecimento.

Dessa forma, não examinadas pelas instâncias ordinárias as matérias veiculadas pelos dispositivos mencionados, objeto do especial, ausente o prequestionamento. Incide, portanto, em relação a referidos artigos, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF, aplicáveis por analogia.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ABSTENÇÃO DE USO DE NOME EMPRESARIAL CUMULADA COM INDENIZATÓRIA, MARCA E NOME DE DOMÍNIO. ART. 461, § 4º, DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. MULTA. OFENSA AO ART. 461, § 6º, DO CPC/1973. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. **Fica inviabilizado o conhecimento de tema trazido na petição de recurso especial, mas não debatido e decidido nas instâncias ordinárias, tampouco suscitado em embargos de declaração, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF. [...]** 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 631.332/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20.03.2018, DJe 23.03.2018)

em 14/03/2017, DJe 28/03/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VENDA SIMULADA. RELAÇÃO FAMILIAR COMPROVADA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MÁ-FÉ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282 e 356/STF. 1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria de fato e provas (Súmula 7/STJ). 2. **Não se admite o recurso especial, quando não tratada na decisão proferida pelo Tribunal de origem a questão federal suscitada, tampouco apresentados embargos de declaração, ante a ausência do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF, por analogia).** 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 952.348/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 20/02/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. 1. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. 2. **FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF.** 3. VIOLAÇÃO AO ART. 6º DA LINDB. INSTITUTO DE NATUREZA CONSTITUCIONAL. 4. PRETENSÃO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE. 5. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS EM AGRAVO INTERNO, INCABÍVEL. 6. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo nobre, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. 2. **Não tendo sido enfrentada a questão ou a tese relacionada ao artigo apontado como violado pelo acórdão recorrido, fica obstado o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento, incidindo os óbices das Súmulas 282 e 356 do STF.** 3.(...). 6. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.128.839/PE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/10/2018, DJe 05/10/2018) [grifou-se]

Com efeito, inafastável a incidência das Súmulas 282 e 356 do STF, à hipótese, ante a ausência de prequestionamento da matéria, porquanto as teses e os conteúdos dos dispositivos tidos por violados não foram analisados, nem discutidos pelo Tribunal de origem.

3. Do exposto, conheço em parte do agravo e, nesta parte, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator